



**ACÓRDÃO Nº546/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11899/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI)
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Jório de Albuquerque Veiga Filho e o Sr. Julio Ramon Marchiore Teixeira
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1039/2023-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI). Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI), referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Jorio de Albuquerque Veiga Filho**, Diretor–Presidente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, tecnologia e Inovação, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, tecnologia e Inovação (antiga SEPLANCTI), referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Julio Ramon Marchiore Teixeira**, Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº546/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Dar quitação ao Sr. Jório de Albuquerque Veiga Filho**, Diretor–Presidente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, tecnologia e Inovação, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 10.4. Dar quitação ao Sr. Júlio Ramon Marchiore Teixeira**, Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 10.5. Determinar à ORIGEM** que, nos termos do §2º, do art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das impropriedades, em futuras prestações de contas:
- 10.5.1.** na análise do Balanço Financeiro foi identificado que não existe Equivalente de Caixa disponível para suprir o pagamento de Inscrições de Restos a Pagar e dos Depósitos restituíveis e valores vinculados no valor de R\$124.975,88 e R\$ 6.471.168,84; respectivamente;
- 10.5.2.** divergências de Contratos Registrados no E. Contas com o que consta no Sistema AFI-SEFAZ;
- 10.5.3.** ausência de esclarecimentos de pagamentos efetuados fora da Ordem Cronológica, análise verificada por intermédio do “Relatório do Programa de Desembolso” gerado pelo sistema “AFI”;
- 10.5.4.** ausência de justificativas para as pendências nas Prestações de Contas de Adiantamentos e /o Tomada de Contas, conforme análise e Relação de Adiantamentos Acumulado obtida no Sistema AFI, E-Contas, bem como, Processos de Adiantamentos sem as devidas Prestações de Contas e/ou as devidas Tomadas de Contas gerado pelo sistema “AFI”;
- 10.5.5.** ausência de justificativas para o valor registrado no Ativo Imobilizado, conta Bens Móveis (7.075.429,02) no Balanço Patrimonial, considerando constar no Inventário Patrimonial, Sistema Ajuri (R\$4.815.237,22), existindo uma divergência R\$ 2.260.191,80.
- 10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



**ACÓRDÃO Nº546/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 28 de Março de 2023.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral